Revista Eletrônica
Acervo Saúde
Electronic Journal Collection Health ISSN 2178-2091

Tendência temporal da violência sexual infanto-juvenil em Altamira (PA)

Temporal trend of child and adolescent sexual violence in Altamira (PA)

Tendencia temporal de la violencia sexual infantil y adolescente en Altamira (PA)

Danilla Bahia Gusmão[1], Elen Vanessa Cardoso de Holanda[1], Rodineia Machado Cardoso[1], Aline Andrade de Sousa[1], Luan Aércio Melo Maciel[1], Gileno Edu Lameira de Melo[1], José Robertto Zaffalon Júnior[1], Janete de Oliveira Briana[1], Ygor Gabriel Martins Dubois[1], Tayane Moura Martins[1].

RESUMO

Objetivo: Analisar o perfil epidemiológico e a tendência temporal dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes no município de Altamira, Pará, no período de 2010 a 2019. **Métodos:** Estudo epidemiológico retrospectivo, descritivo e analítico, com abordagem quantitativa, baseado em dados secundários do SINAN disponíveis na plataforma do Ministério da Saúde DATASUS. **Resultados:** Foram notificados 485 casos de violência sexual infanto-juvenil, com tendência crescente no período analisado (p<0,001), principalmente no ano de 2019 com 32,0% das notificações. Predominaram vítimas do sexo feminino 90,5%, na faixa etária de 10 a 14 anos com 49,1% e de cor/raça parda com 80,0%. Observou-se elevada proporção de agressores desconhecidos com 87,4%, divergente da literatura nacional. Em 60,0% dos agressores não foram detectados o consumido bebida alcoólica no ato ilícito. **Conclusão:** O aumento das notificações sugere influência de determinantes socioambientais na dinâmica da violência sexual infanto-juvenil. Os resultados reforçam a necessidade de fortalecimento da vigilância em saúde e de políticas intersetoriais de proteção em contextos de intensas transformações territoriais como a implantação de grandes empreendimentos.

Palavras-chave: Violência sexual, Criança, Adolescente.

ABSTRACT

Objective: To analyze the epidemiological profile and trend of cases of sexual abuse against children and adolescents in the municipality of Altamira, Pará, from 2010 to 2019. **Methods:** Retrospective, descriptive, and analytical epidemiological study with a quantitative approach, based on secondary data from SINAN available on the Ministry of Health's DATASUS platform. **Results:** 485 cases of child and adolescent sexual violence were reported, with an increasing trend during the analyzed period (p<0.001), with the highest annual frequency in 2019 at 32.0% of notifications. Female victims predominated (90.5%), with victims aged 10 to 14 years (49.1%) and of mixed race/color (80.0%). A high proportion of unknown perpetrators was observed (87.4%), diverging from the national literature. In 60.0% of cases, the perpetrators had not consumed alcohol before committing the illicit act. **Conclusion:** The increase in reported cases suggests the influence of socio-environmental determinants on the dynamics of child and adolescent sexual violence. The results reinforce

[1] Universidade do Estado do Pará (UEPA), Altamira – PA.

SUBMETIDO EM: 4/2026 | **ACEITO EM: 5/2026** | **PUBLICADO EM: 9/2026**

the need to strengthen health surveillance and intersectoral protection policies in contexts of intense territorial transformations such as the implementation of large-scale projects.

Keywords: Sexual abuse, Social vulnerability, Adolescent.

RESUMEN

Objetivo: Analizar el perfil epidemiológico y la tendencia de los casos de abuso sexual contra niños y adolescentes en el municipio de Altamira, Pará, de 2010 a 2019. **Métodos:** Estudio epidemiológico retrospectivo, descriptivo y analítico con un enfoque cuantitativo, basado en datos secundarios del SINAN disponibles en la plataforma DATASUS del Ministerio de Salud. **Resultados:** Se reportaron 485 casos de violencia sexual infantil y adolescente, con una tendencia creciente durante el período analizado (p<0,001), con la mayor frecuencia anual en 2019 en 32,0% de las notificaciones. Las víctimas femeninas predominaron (90,5%), con víctimas de 10 a 14 años (49,1%) y de raza/color mixto (80,0%). Se observó una alta proporción de perpetradores desconocidos (87,4%), divergente de la literatura nacional. En el 60,0% de los casos, los perpetradores no habían consumido alcohol antes de cometer el acto ilícito. **Conclusión:** El aumento de casos denunciados sugiere la influencia de los determinantes socioambientales en la dinámica de la violencia sexual infantil y adolescente. Los resultados refuerzan la necesidad de fortalecer la vigilancia sanitaria y las políticas de protección intersectorial en contextos de intensas transformaciones territoriales, como la implementación de proyectos a gran escala.

Palabras clave: Abuso sexual, Vunerabilidad social, Adolescente.

INTRODUÇÃO

A violência sexual é qualquer ato em que uma pessoa utiliza por meio de força física, coerção, intimidação, influência psicológica ou sedução, para forçar outra a participar de uma interação sexual (WHO, 2022). Essas formas de violência estão enraizadas em questões socioculturais, especialmente em situações de desigualdades de gênero, afetando principalmente mulheres, crianças e adolescentes (BRASIL, 2023).

Em crianças e adolescentes, a violência sexual contra é considerada como um grave problema de saúde pública e social que afeta a violação dos direitos humanos, repercutindo em impactos sobre a saúde física, mental e no desenvolvimento social (WHO, 2023). Esse fenômeno apresenta elevada magnitude em nível global, afetando milhões de crianças e adolescentes, exigindo respostas intersetoriais voltadas à prevenção, identificação precoce e cuidado integral (WHO, 2022).

Estima-se que 1 bilhão de crianças sejam vítimas de algum tipo de violência a cada ano em todo o mundo, sendo responsável por impactos diretos na morbimortalidade, no desenvolvimento neuropsicomotor, no desempenho escolar e na perpetuação do ciclo intergeracional da violência (WHO, 2022).

No Brasil, a violência sexual infanto-juvenil tem se destacado como um importante agravo, com aumento exponencial das notificações nas últimas décadas, principalmente após a implementação desse agravo como notificação compulsória obrigatória no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN (BRASIL, 2023). Esse crescimento correspondeu entre 2011 a 2022, em 200 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no país, com maior concentração em meninas e na faixa etária de 10 a 14 anos (BRASIL, 2023; CERQUEIRA DBS, 2023). Além disso, a subnotificação de casos continua sendo um obstáculo significativo para medir a extensão do problema, o que limita a criação e a aplicação de políticas públicas eficazes para sua prevenção e combate (PIOLANTI A, et al., 2025; FBSP, 2023).

Esse crescimento, pode estar relacionado ao aumento da incidência de casos quanto às melhorias na capacidade dos serviços de saúde em identificar, registrar e notificar situações de violência. Estudos apontam que o fortalecimento dos sistemas de vigilância em saúde e a ampliação das políticas de notificação compulsória contribuíram para maior registro dessas ocorrências no país (LOURENÇO LM, et al., 2023; CORREIA JVP et al., 2025). Nesse contexto, a implementação obrigatória de notificações e o reforço da rede

de proteção têm ampliado a visibilidade do problema, apesar dos desafios que ainda persistem em relação à qualidade das informações, à subnotificação e às desigualdades no acesso aos serviços (BRASIL, 2023).

Para entender a violência sexual contra crianças e adolescentes, é necessário analisar os fatores sociais que afetam a distribuição desse problema na população, como as desigualdades socioeconômicas, raciais e de gênero consideradas como fatores fundamentais que aumentam a vulnerabilidade de certos grupos populacionais, principalmente meninas e pessoas de cor/raça parda e negra (TEODORO C, 2022; UNICEF, 2023; FBSP, 2023).

Essas desigualdades são resultados de processos históricos e estruturais que limitam o acesso a direitos fundamentais, proteção social e serviços de saúde, destacando a importância de estratégias intersetoriais para combater esse fenômeno (RUBENSTEIN BL, et al., 2026; SCHUELTER-TREVISOL F, et al., 2025; SILVA GO, et al., 2026).

Além disso, outros determinantes sociais exercem papel fundamental na ocorrência da violência infantil, como se destacam a pobreza, baixa escolaridade dos pais, uso de álcool e outras drogas, histórico familiar de violência, desigualdade de gênero e de raça/cor (WHO, 2022; UNICEF, 2023).

A literatura recente também tem avançado na compreensão das múltiplas dimensões da violência sexual contra crianças e adolescentes, destacando a necessidade de abordagens interdisciplinares que integrem aspectos epidemiológicos, sociais e culturais (BRASIL, 2023).

Estudos têm evidenciado que, além dos fatores individuais e familiares, contextos territoriais e dinâmicas urbanas desempenham papel relevante na configuração desse tipo de violência, especialmente em regiões marcadas por desigualdades estruturais e rápidas transformações socioeconômicas (TEODORO C, 2022; UNICEF, 2023).

Nesse sentido, análises que incorporam a perspectiva dos determinantes sociais da saúde têm contribuído para ampliar a compreensão dos padrões de ocorrência da violência, evidenciando sua distribuição desigual entre diferentes grupos populacionais (PALERMO M, 2024). Outros estudos recentes apontam para a importância da qualificação dos sistemas de informação em saúde, como o SINAN, para a produção de dados mais consistentes e fidedignos, fundamentais para o monitoramento do agravo e para o planejamento de políticas públicas (DA CONCEIÇÃO RS, et al., 2023; PALERMO M, 2024).

A violência em crianças e adolescentes produz impactos que extrapolam o indivíduo, repercutindo em toda a sociedade por meio de custos sociais e econômicos elevados. A ausência de identificação precoce e de intervenções adequadas pode resultar em comprometimentos duradouros, incluindo dificuldades de integração social, problemas de saúde física e mental e maior risco de perpetuação do ciclo de violência (CORREIA JVP, et al. 2025).

No contexto Amazônico, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM), instalada no município de Vitória do Xingu, situado na região do Rio Xingu, estado do Pará, é considerada uma das maiores obras de grande impacto já realizadas no Brasil (INAGAKI CH, et al., 2021; PALERMO M, 2024).

Particularmente na região de Altamira, considerada polo do Xingu, a implementação desse grande empreendimento na região próxima de Altamira, considerada como polo do Xingu, intensificou diversos conflitos na área, com impacto direto nas condições de vida dos moradores locais, em especial, crianças e adolescentes, que tiveram seus direitos violados e sofreram com a desterritorialização e com a exploração sexual em áreas periféricas (DA CONCEIÇÃO RS, et al., 2023; PALERMO M, 2024).

Nesse cenário, essas transformações configuram um contexto potencialmente associado à ampliação de vulnerabilidades sociais**,** podendo influenciar a dinâmica local da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Diante desse cenário, observa-se que a violência sexual contra crianças e adolescentes permanece como um fenômeno de elevada magnitude e complexidade, marcado por subnotificação, fragilidades na identificação dos casos e desigualdades no acesso à rede de proteção. Além disso, a persistência de fatores

estruturais contribui para a manutenção e invisibilidade dessa violência, dificultando o planejamento e a implementação de estratégias efetivas de enfrentamento. Nesse sentido, a análise epidemiológica desse agravo torna-se essencial para compreender sua dinâmica e subsidiar ações mais eficazes de vigilância, prevenção e cuidado.

Apesar da relevância epidemiológica e social desse problema, ainda são limitados os estudos que investigam a tendência temporal e o perfil epidemiológico da violência sexual infanto-juvenil em contextos locais específicos, especialmente em municípios amazônicos impactados por grandes empreendimentos e intensas transformações territoriais (DA CONCEIÇÃO RS, et al., 2023; PALERMO M, 2024).

Essa lacuna evidencia a necessidade de investigações que considerem as particularidades regionais, permitindo compreender como fatores territoriais, sociais e demográficos influenciam a ocorrência da violência. Dessa forma, estudos com esse enfoque contribuem para o avanço do conhecimento científico e para o fortalecimento de políticas públicas mais direcionadas à realidade local. Portanto, análise da violência sexual infanto-juvenil em Altamira torna-se relevante para compreender a dinâmica local, visando subsidiar políticas públicas para prevenção e enfrentamento dos casos. Assim, o presente estudo tem como objetivo, analisar o perfil epidemiológico e a tendência temporal dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes no município de Altamira, Pará, no período de 2010 a 2019.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, retrospectivo, epidemiológico, com abordagem quantitativa, utilizando como população do estudo, dados secundários de notificações de violência sexual no município de Altamira, estado do Pará.

Foram incluídas para análise, 485 casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes residentes no município de Altamira (PA) no período de 2010 a 2019. Exclui-se registros duplicados, inconsistentes ou com ausência de informação sobre o município de residência. Os dados foram obtidos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), acessados por meio do DATASUS em 02 de fevereiro de 2026.

As variáveis investigadas incluíram características sociodemográficas das vítimas (sexo, faixa etária, cor/raça e escolaridade), bem como variáveis relacionadas ao agressor (conhecimento/vínculo com a vítima e suspeita de uso de álcool).

Para a análise dos dados, utilizou-se o software IBM SPSS Statistics, versão 20.0, para realizar estatística descritiva e inferencial com frequências absolutas e relativas. As taxas anuais foram calculadas por 100.000 habitantes**,** utilizando-se como denominadores as estimativas populacionais do município de Altamira, segundo sexo, obtidas a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019).

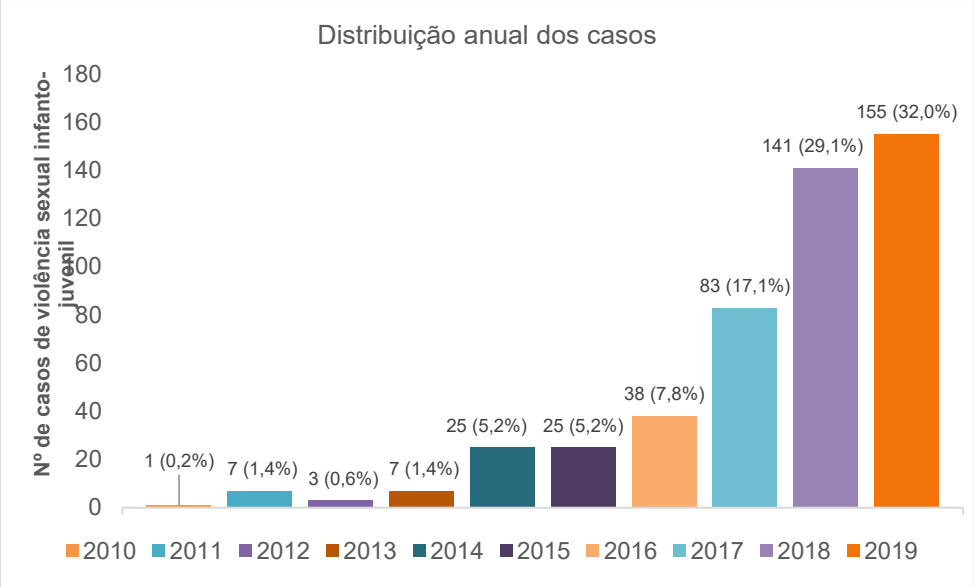
A avaliação da tendência temporal foi realizada por meio do teste do qui-quadrado para tendência linear, adotando-se nível de significância de 5% ($p < 0,05$). Os resultados foram organizados e apresentados em tabelas e figura de modo a permitir a caracterização epidemiológica dos casos e a identificação temporal das notificações no período estudado.

Em relação aos aspectos éticos, por se tratar de estudo com dados secundários de domínio público, sem identificação dos participantes, o estudo foi dispensado de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012).

RESULTADOS

No período de 2010 a 2019, foram notificados 485 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes residentes no município de Altamira, Pará conforme mostra a **Figura 1**. Observou-se aumento progressivo das notificações ao longo da série histórica, com maior frequência anual registrada em 2019 32,0% (n=155).

Figura 1 - Distribuição anual dos casos de abuso sexual infanto-juvenil no município de Altamira - Pará, Brasil, 2010 e 2019 (n=485).



Fonte: Gusmão DB, et al., 2026. Dados extraídos do SINAN, 2026.

Em relação ao perfil sociodemográfico das vítimas, na (**Tabela 1**) houve predominância do sexo feminino, correspondendo a 90,5% dos casos (n = 439)., com maior frequência na faixa etária de 10 a 14 anos, com 49,1% (n = 238). Quanto à cor/raça, a maioria das vítimas eram pardas, representando 80,0% (n = 388) das notificações.

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico das vítimas de violência sexual infanto-juvenil, Altamira (PA), 2010-2019 (n = 485).

Variável	N	%
Sexo		
Masculino	46	9,5
Feminino	439	90,5
Faixa etária		
<1 ano	4	0,8
1 a 4 anos	48	9,9
5 a 9 anos	124	25,6
10 a 14 anos	238	49,1
15 a 19 anos	71	14,6
Cor/raça		
Branca	67	13,8
Preta	19	3,9
Amarela	1	0,2
Parda	388	80,0
Indígena	9	1,9
Ignorada	1	0,2
Total	**485**	**100**

Fonte: Gusmão DB, et al., 2026. Dados extraídos do DATASUS, 2026.

A **Tabela 2,** mostra as características do agressor, na maioria dos casos, o agressor não tinha conhecimento/vínculo com a vítima 87,4% (n = 424). Em relação à suspeita de uso de álcool, houve predomínio de casos em que não havia suspeita de consumo de bebida alcoólica pelo agressor 60,0% (n = 291).

Tabela 2 - Características do agressor nos casos de violência sexual infanto-juvenil, Altamira (PA), 2010–2019 (n=485).

Variável	N	%
Conhecimento/vínculo com a vítima		
Sim	60	12,4
Não	424	87,4
Ignorado/branco	1	0,2
Autor com suspeita de uso de álcool		
Sim	75	15,5
Não	291	60,0
Ignorado/branco	119	24,5
Total	**485**	**100**

Fonte: Gusmão DB, et al., 2026. Dados extraídos do DATASUS, 2026.

A análise das taxas anuais, a **Tabela 3,** mostra crescimento progressivo ao longo da série histórica, com maior ocorrência a partir de 2017. O teste do qui-quadrado para tendência linear indicou crescimento estatisticamente significativo das taxas no período analisado, tanto na população masculina ($p = 0,002$) quanto na feminina ($p < 0,001$).

Tabela 3 - Taxas anuais de violência sexual na população infanto-juvenil de Altamira- Pará, Brasil, segundo sexo, 2010–2019 (n=485).

Anos	Total (n)	Taxa	Masculino (n)	Taxa	Feminina (n)	Taxa
2010	1	2,46	0	0,00	1	4,94
2011	7	17,21	1	4,89	6	29,66
2012	3	7,38	0	0,00	3	14,83
2013	7	17,21	0	0,00	7	34,60
2014	25	61,47	1	4,89	24	118,62
2015	25	61,47	1	4,89	24	118,62
2016	38	93,43	6	29,36	32	158,17
2017	83	204,08	11	53,82	72	355,87
2018	141	346,69	16	78,29	125	617,83
2019	155	381,12	10	48,93	145	716,69
P tendência linear		**<0,001**		**0,002**		**<0,001**

*Taxas calculadas por 100.000 habitantes. População de referência: Total: 40.670; masculina: 20.438; feminina: 20.232.
Fonte: Gusmão DB, et al., 2026. Dados extraídos do DATASUS, 2026.

DISCUSSÃO

Os achados deste estudo evidenciaram tendência crescente das notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Altamira ao longo do período analisado, com predomínio de vítimas do sexo feminino, maior frequência na faixa etária de 10 a 14 anos e elevada proporção de agressores não conhecidos e sem vínculos das vítimas. Esses resultados são consistentes com a literatura nacional e internacional e reforçam a complexidade epidemiológica e social da violência sexual infanto-juvenil.

O aumento progressivo das notificações observado na série histórica pode refletir tanto ampliação da ocorrência do agravo quanto melhoria da capacidade de detecção, registro e notificação pelos serviços de saúde (CORREIA JV, et al., 2025; BRASIL, 2023).

No contexto de Altamira, esse crescimento deve ser explicado pelas diversas transformações territoriais, sociais e demográficas ocorridas no município ao longo da última década, com a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte que pode ter contribuído para a ampliação de vulnerabilidades sociais, influenciando a dinâmica local da violência sexual (LOURENÇO LM, et al., 2023; CORREIA JV, et al., 2025).

Entretanto, a literatura também aponta evidências de aumento da ocorrência de violência sexual infanto-juvenil em determinados territórios brasileiros, principalmente em áreas marcadas por intensas transformações socioeconômicas e reorganização urbana (CARDIN AG, et al., 2025). Nesse contexto, mudanças territoriais podem fragilizar redes comunitárias, intensificar desigualdades sociais e ampliar situações de vulnerabilidade entre crianças e adolescentes (RUBENSTEIN BL, et al., 2026; FBSP, 2023; CARDIN AG, et al., 2025; RUBENSTEIN BL, et al., 2026).

A predominância de vítimas do sexo feminino evidencia um padrão consistente de feminização da violência sexual infanto-juvenil, amplamente descrito na literatura. Esse resultado pode estar relacionado a desigualdades de gênero historicamente estruturadas e por aspectos socioculturais em adolescentes do sexo feminino a qual estão mais expostas a situações de violência sexual (SILVA GO, et al., 2026; VIANA VAO, et al., 2022; WHO, 2023).

A maior concentração de casos na faixa etária de 10 a 14 anos sugere maior vulnerabilidade de pré-adolescentes à violência sexual, possivelmente relacionada a transformações do desenvolvimento, maior circulação social e limitações na capacidade de reconhecer e denunciar a violência (RUBENSTEIN BL, et al., 2026). A adolescência é uma fase vulnerável à violência sexual em razão das transformações físicas, emocionais e sociais que a caracterizam (OLIVEIRA AC e ALVES CC, 2014).

Durante esse período, há uma maior exposição a novos ambientes e interações, além de um processo de desenvolvimento contínuo da autonomia e da habilidade de identificar situações de risco (WHO, 2023). Essas circunstâncias podem tornar os jovens mais propensos a situações de abuso. Estudos apontam que muitos episódios de abuso têm início antes dos 18 anos, evidenciando a necessidade de ações preventivas voltadas à proteção de crianças e adolescentes (SHUELTER-TREVISOL F, et al., 2022).

Além disso, as fragilidades na rede de proteção as crianças e aos adolescentes, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e limitações estruturais, podem contribuir para a maior exposição desse grupo etário para violência sexual (RUBENSTEIN BL, et al., 2026).

Estudos apontam que regiões submetidas a intensas transformações sociais, como áreas impactadas por grandes empreendimentos, apresentam maior vulnerabilidade à violência (CORREIA JVP et al., 2025; CARDIN AG, 2025; SILVA GO et al., 2026; Correia JVP et al. 2025).

Broseguini GB, et al. (2024), enfatizam que a prevalência de violência sexual em crianças e adolescentes pardos tem explicação histórica enraizados em fatores sociais e culturais marcados pela desigualdade étnico-racial e pelo racismo estrutural, quando os direitos da pessoa parda e negra veem sendo historicamente violados, o que as torna muito mais vulnerável a este tipo de violência. Outro resultado evidenciado neste estudo mostrou que 87,4% das notificações envolveram agressores classificados como não conhecidos da vítima, configurando um padrão que diverge da maior parte da literatura nacional, a qual aponta predominância de violência sexual perpetrada por indivíduos do convívio da vítima, especialmente no ambiente intrafamiliar (BRASIL, 2023; FERREIRA DG, et al., 202**3**).

Estudos nacionais indicam que a violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre, predominantemente no ambiente doméstico ou envolvendo pessoas do convívio da vítima (ARAÚJO AR, 2022). No Brasil, no período de 2015 a 2021, aproximadamente 70,9% dos casos de violência sexual contra crianças aconteceram dentro da residência da vítima, desses, 38,9% dos agressores pertenciam ao núcleo familiar (BRASIL, 2024). Em adolescentes de 10 a 19 anos, cerca de 63,5% dos casos também ocorreram no domicílio, sendo que, em 48,8% das situações, os autores eram familiares, amigos ou conhecidos (BRASIL, 2024).

Nesse sentido, o achado observado deve ser interpretado com cautela, uma vez que estudos realizados no Brasil indicam que a violência sexual contra crianças e adolescentes ocorre predominantemente no ambiente doméstico ou envolvendo pessoas conhecidas, como familiares, amigos ou indivíduos em posição de confiança (MITCHELL KJ, et al., 2025; LIMA ES, et al. 2022; DA CONCEIÇÃO RS, et al., 2023). Uma possível explicação para essa divergência pode estar relacionada a limitações no preenchimento das fichas de notificação, especialmente quanto à variável referente ao vínculo com o agressor, a qual frequentemente apresenta inconsistências e subregistro (LIMA ES, et al., 2022). Além disso, transformações sociais e

tecnológicas recentes têm ampliado as formas de ocorrência da violência sexual, incluindo aquelas mediadas por ambientes digitais, caracterizadas por assédio, coerção e compartilhamento não autorizado de conteúdos íntimos, fenômeno conhecido como violência sexual baseada em imagens (FERREIRA DG, et al., 202**3**). Estudos indicam que esse tipo de violência pode gerar impactos psicológicos significativos, especialmente entre mulheres jovens (HENRY N e BEARD G, 2024; UMBACH N, et al., 2025).

Entretanto, é importante destacar que os dados analisados neste estudo não permitem identificar o contexto específico das ocorrências, o que limita a associação direta entre essas novas formas de violência e o padrão observado. Dessa forma, embora o achado encontrado em Altamira seja diferente do padrão descrito na literatura nacional, o mesmo não permite afirmar que o vínculo intrafamiliar não esteja associado à ocorrência da violência sexual, sendo necessários estudos adicionais para aprofundar a compreensão dessa divergência.

Outro fator que pode estar associado ao número elevado de vítimas de violência sexual, se refere na migração populacional para o município em decorrência da implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), que acarretou na entrada de homens solteiros e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, na esperança de conseguirem novas oportunidades de emprego e melhores condições de vida (OLIVEIRA AC E ALVES CC, 2014). Em relação ao consumo do álcool pelos agressores, embora essa bebida alcoólica possa atuar como fator facilitador ou potencializador em alguns contextos, a violência sexual não deve ser compreendida como fenômeno dependente do uso de substâncias psicoativas, mas como expressão de relações de poder, dominação e desigualdades de gênero (HENRY N e BEARD G, 2024; ARAÚJO AR, 2022). Neste estudo observou-se que a maioria dos agressores não apresentava suspeita do consumo de bebida alcoólica no momento da ocorrência.

Diante disso, os achados deste estudo reforçam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2025). No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a proteção integral como princípio fundamental, atribui responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade na garantia dos direitos dessa população (PLATT VB, et al., 2022). Portanto, o aumento das notificações evidencia desafios persistentes na implementação efetiva dessas políticas em contextos marcados por desigualdades sociais e transformações territoriais. Dessa forma, se faz necessário fortalecer a rede de proteção à criança e ao adolescente no município de Altamira, qualificar e capacitar profissionais e serviços de saúde, bem como, ampliar ações estratégias intersetoriais que visem a prevenção, identificação precoce e acompanhamento integral das vítimas de violência sexual infantojuvenil.

CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou tendência crescente das notificações de abuso sexual contra crianças e adolescentes no município de Altamira (PA) entre 2010 e 2019, com predominância de vítimas do sexo feminino, maior ocorrência na faixa etária de 10 a 14 anos e elevada frequência de agressores conhecidos das vítimas. Os achados indicam que a violência sexual infanto-juvenil constitui um fenômeno complexo, influenciado por desigualdades sociais, fatores de gênero e vulnerabilidades estruturais, especialmente em contextos marcados por intensas transformações territoriais, como observado no município estudado. Nesse sentido, destaca-se a importância do fortalecimento das políticas públicas de prevenção e enfrentamento da violência sexual, com ampliação da rede de proteção à criança e ao adolescente, qualificação dos serviços de saúde e desenvolvimento de ações intersetoriais voltadas à identificação precoce e ao cuidado integral das vítimas.

FINANCIAMENTO E AGRADECIMENTO

Este estudo foi desenvolvido com apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), vinculado à Universidade do Estado do Pará (UEPA), por meio da concessão de bolsa de iniciação científica à autora principal durante o período de execução da pesquisa. O financiamento contribuiu para o desenvolvimento das atividades científicas, incluindo a coleta, organização e análise dos dados.

REFERÊNCIAS

1. ARAÚJO AR. Violência sexual na infância e adolescência: perfil da vítima e do agressor e adesão ao seguimento ambulatorial. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) - Faculdade de Ciências Médicas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022; p52.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Análise de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br . Acesso em: 7 mar. 2026.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília-DF, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html . Acesso em: 27 mar. 2026.
4. BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Boletim epidemiológico: notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude . Acesso em: 26 mar. 2026.
5. BROSEGUINI GB, et al. Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Vitória/ES. Psicologia Argumento, 2024; 42(119).
6. CARDIN AG, et al. Análise da violência sexual contra crianças e adolescentes na região Sul do Brasil (2017-2022): estudo ecológico. Ciência & Saúde Coletiva, 2025; 30(10): e09582025.
7. CERQUEIRA DBS. Atlas da violência 2023. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública: Brasília-DF, 2023; p115.
8. CORREIA JVP, et al. Characterization, frequencies and comparison of child abuse reporting rates: a comparative study, Brazil, 2011-2021. Epidemiologia e Serviços de Saúde, 2025; 34: e20240545.
9. DA CONCEIÇÃO RS, et al. Reclusão territorial de crianças e adolescentes no reassentamento urbano coletivo Jatobá em Altamira Pará: privação da liberdade devido à hidrelétrica Belo Monte. Revista de Ciências Sociais, 2023; 23.
10. FERREIRA DG, et al. Violência sexual contra homens no Brasil: subnotificação, prevalência e fatores associados. Revista de Saúde Pública, 2023; 57: 23.
11. FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil (2021-2023). 2 ed. UNICEF; FBSP: São Paulo-SP, 2024.
12. HENRY N, BEARD G. Image-Based Sexual Abuse Perpetration: A Scoping Review. Trauma, Violence & Abuse, 2024; 25(5): 3981-3998.
13. IMAGE-based abuse impacts on women. arXiv, 2025. Disponível em: https://arxiv.org/abs/2503.04988 . Acesso em: 9 mar. 2026.
14. INAGAKI CH, et al. Análise dos relatórios socioambientais da usina hidrelétrica de Belo Monte à luz da teoria da legitimidade. Revista Mineira de Contabilidade, 2021; 22(3): 86-99.
15. LIMA ES, et al. A importância da sensibilização do enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes: um relato de experiência no PIBID. Rev Ensino de Ciências e Humanid, 2022; 6(1): 118-128.
16. LOURENÇO LM, et al. Evolution of violence notifications. Ciência & Saúde Coletiva, 2023.
17. MITCHELL KJ, et al. Image-Based Sexual Abuse: Characteristics linked to different reasons why youth decide not to disclose. Prevention Science, 2025; 26: 1157-1168.
18. OLIVEIRA AC, ALVES CC. Enredos do abuso sexual: análise do processo de violência e atendimento de adolescentes no município de Altamira/PA. Revista da Faculdade de Direito UFPR, 2014; 59(3): 197-223.
19. PALERMO M. Responsabilização de empresas em obras de grande impacto no Brasil: abordagem a partir dos princípios orientadores da ONU e o caso da Boate Xingu. Revista do CAAP, 2024; 29(2): 1-22.
20. PIOLANTI A, et al. Global prevalence of sexual violence against children: a systematic review and meta-analysis. JAMA Pediatrics, 2025; 179(3): 264-272.
21. PLATT VB, et al. Completitude, consistência e não duplicidade dos registros de violência sexual infantil no Sistema de Informação de Agravos de Notificação em Santa Catarina, 2009-2019. Epidemiologia e Serviços de Saúde, 2022; 31(2): e2021441.
22. RUBENSTEIN BL, et al. Risk factors associated with sexual violence in Brazil. ScienceDirect, 2026.
23. SCHUELTER-TREVISOL F, et al. Tendência temporal e distribuição espacial dos casos de violência sexual notificados no Brasil entre 2013 e 2022. Ciência & Saúde Coletiva, 2025; 30(8).
24. SILVA GO, et al. Epidemiological profile of acquired syphilis in children and adolescents in Brazil: a nationwide observational study. Frontiers in Pediatrics, 2026.
25. TEODORO C. Violência sexual na infância: gênero, raça e classe em perspectiva interseccional. Zero-a-Seis, 2022.
26. UMBACH R, et al. Prevalence and impacts of image-based sexual abuse victimization: a multinational study. Proceedings of the CHI Conference on Human Factors in Computing Systems, 2025.
27. VIANA VAO, et al. Tendência temporal da violência sexual contra mulheres adolescentes no Brasil, 2011-2018. Ciência & Saúde Coletiva, 2022; 27(6): 2363-2371.
28. WORLD HEALTH ORGANIZATION. Violence against children. Geneva: WHO, 2022. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-childre. Acessado em: 9 de março de 2026.